



PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

FRUSTRAÇÃO

Bancos enrolam e não apresentam proposta



Na rodada de negociações no dia 01 de agosto, os bancos não cumpriram o compromisso e anunciaram que uma proposta global, inclusive com índice de reajuste, será apresentada na reunião marcada para o dia 07/08. O Comando Nacional espera que a Fenaban leve para a reunião uma proposta definitiva e que atenda as reivindicações da categoria. **Matéria completa na página 3**

Caixa e BB não avançam nas negociações

Página 3

Violência obstétrica O que é e como denunciar?

O termo assusta. Embora nem todas as mulheres estejam familiarizadas com o assunto, muitas já foram vítimas desse tipo de agressão, tanto no pré-natal quanto durante o parto. São xingamentos, recusa de atendimento, realização de intervenções e procedimentos médicos não necessários, como exames de toque a todo instante, grandes episiotomias ou cesáreas desnecessárias. Isso só para citar alguns dos exemplos de uma enorme lista de abusos e violência contra as mulheres. Normalmente acontece quando os interesses do profissional de saúde ou da instituição são colocados acima dos direitos da paciente.

Enquanto o Congresso Nacional mantém engavetados pelo menos três projetos criminalizando a violência obstétrica, alguns municípios e estados, como Santa Catarina e Maranhão, aprovaram suas próprias leis. Mas é pouco. Levantamentos apontam que uma em cada quatro mulheres brasileiras sofre violência antes, durante ou depois do parto. Ela acontece de forma verbal, física ou psicológica e normalmente deixa sequelas. A violência obstétrica acontece em várias situações, como, por exemplo, a cesariana sem indicação clínica. Às vezes, acontece uma violência psicológica junto – a equipe ameaça, dizendo que se a mulher 'não colaborar' ela e o filho vão morrer. Até mesmo a separação do bebê saudável e da mãe no pós-parto pode ser considerada uma forma de violência obstétrica. Assim como ter a entrada de um acompanhante barrada no trabalho de parto ou não receber analgesia quando solicitada, entre dezenas de outras práticas comuns e violentas.

CONSEQUÊNCIAS - Um procedimento desrespeitoso nesse momento tão delicado faz com que muitas mulheres tenham sequelas semelhantes às vítimas de estupro. Ela poderá sentir rejeição ao próprio corpo, ter medo de relações sexuais, desenvolver depressão pós-parto, ansiedade e medo de outra gestação.

PREVENÇÃO - O melhor caminho é, antes do parto, a mulher se informar o máximo possível sobre as formas de como evitar a violência obstétrica e como proceder caso seja vítima que qualquer tipo de violência durante ou após o parto. É bom lembrar que essas atitudes podem gerar responsabilização administrativa e penal para o hospital, para o médico e até para o plano de saúde.

Na internet há vários sites especializados no assunto, como: www.quemesperaespera.org.br/plano-parto, www.adouc.com, www.equipenascimentos.com.br e www.doulacuritiba.wixsite.com, entre outros. Denúncias de violência obstétrica podem ser feitas por telefone nos números 180 (Central de atendimento à mulher), 136 (Disque Saúde), (41) 3219-7300 (Defensoria Pública do Paraná) ou (61) 3105-5100 (Ministério Público Federal).



ITAÚ

Contraf-CUT cobra mudanças no sistema de vendas

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu com o banco no dia 24/07, para obter informações sobre Score de Qualidade de Vendas (SQV). O objetivo era entender porque tantos trabalhadores estão sendo penalizados após a implantação do sistema, muitas vezes sem ao menos saber o motivo da punição. A Fetec-CUT/PR participou da reunião representada pelos diretores José Altair Monteiro Sampaio, coordenador da COE Itaú Paraná, e Sandra Regina Homeniuk, diretora que representa o Pactu na COE Itaú. Segundo o banco, o programa foi implementado para evitar vendas casadas aos clientes. A pontuação negativa gerada por esses itens vai acumulando e quando chega a 35, o funcionário é pontuado no SQV. O trabalhador só saberá da sua pontuação após ter recebido o feedback do programa.

A COE questionou o impacto que o SQV poderá gerar nos programas pró-



prios de remuneração, uma vez que se trata de um programa que analisa a performance dos funcionários. “Vamos ficar atentos a todos os problemas enfrentados pelos funcionários em relação ao SQV, principalmente quanto à questão da remuneração e a pressão dos gestores para que os empregados cumpram suas metas. Isso pode gerar a redução dos rendimentos e a demissão com a justificativa de não cumprimento de metas”, avisa Sandra Homeniuk.

Só sindicalizados podem receber benefícios de acordo coletivo

Trabalhadores que não contribuem com o sindicato não têm direito de receber em sua folha de pagamento as conquistas garantidas pela entidade

A decisão é do juiz Eduardo Rockenbach, da 30ª Vara de Trabalho de São Paulo. É válida apenas para São Paulo, mas abre um precedente para outras decisões. Segundo o magistrado, “os trabalhadores que não contribuem com a entidade sindical não têm o direito de receber em sua folha de pagamento as conquistas garantidas pelo sindicato”. Segundo ele, “se é certo que a sindicalização é facultativa, não menos certo é

que as entidades sindicais devem ser valorizadas e precisam da participação dos trabalhadores da categoria, inclusive financeira, a fim de se manterem fortes e aptas a defenderem os interesses comuns”. Os melhores exemplos de desenvolvimento humano do mundo estão relacionados à capacidade de organização de luta dos trabalhadores, através dos sindicatos.

Em muitos países da Europa, como a França, e países nórdicos como Noruega, Dinamarca e Suécia, somente o empregado sindicalizado recebe as conquistas garantidas em acordo coletivo. O modelo é uma forma que valoriza e fortalece as entidades sindicais e, por conseguinte, garante as conquistas dos trabalhadores e a qualidade nas condições de trabalho do povo francês.

Bancos enrolam e adiam proposta

A expectativa dos bancários era fechar um acordo nas negociações do dia 01/08, mas a Fenaban chegou de mãos vazias e adiou para o dia 7

TODOS PELO SINDICATO
TODOS POR TUDO

Caixa nega garantia de direitos

Na Caixa Econômica Federal, já foram quatro rodadas de negociações específicas e após cada uma delas fica mais claro que a mobilização dos empregados é fundamental para evitar o retrocesso. A ameaça da vez é a PLR. Apesar de garantir na mesa de negociação, no dia 20 de junho, que vai seguir a regra definida pela Fenaban, o banco alegou que não tem autorização do pagamento da PLR social. Segundo a direção do banco, o limite da soma da PLR está limitada pelo Governo. A regra mencionada seria 25% do que for pago de dividendos no tesouro. Com base nos últimos anos, fica em 6,25 % do lucro líquido. Até agora já foram debatidos PLR e PLR Social, saúde e condições de trabalho, Saúde Caixa e Funcef, revisão da metodologia de equacionamento do REG/Replan e responsabilidade da Caixa sobre o contencioso da Funcef. Em nenhum ponto a Caixa sinalizou positivamente. O diretor do Pactu em Toledo, Zerlário Bremm, critica a postura da Caixa, em negar direitos aos trabalhadores. “Vamos manter as mobilizações para vencer essa intransigência da Caixa e do Governo, que insistem em retirar direitos dos empregados”, avisou.

No BB, negociações não avançam

No Banco do Brasil as negociações específicas começaram no dia 29/06. A direção da empresa até demonstrou disposição, mas desde então já se foram quatro rodadas e nenhum avanço em questões importantes como emprego, saúde, condições de trabalho, segurança, assédio moral e outros itens sociais e sindicais. Na quarta rodada de negociações, o BB apresentou proposta de reduzir para um semestre o prazo para descomissionamento, o que facilita a perseguição e o assédio moral. O único compromisso que o banco firmou, até agora, é a renovação das cláusulas de benefícios conquistadas ao longo das diversas campanhas salariais e inseridos no acordo coletivo. Nestas cláusulas estão as ausências legais e auxílios como PAS Auxílio, Isenção de Tarifas e Licença para Acompanhar Pessoas Enfermas.



Promessa de banqueiro nem sempre é uma garantia. Isso o movimento sindical já sabia. Entretanto, havia uma esperança de que nas negociações do dia 01 de agosto o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban pudessem chegar num acordo, pondo fim à Campanha Nacional 2018, com o atendimento das reivindicações econômicas e sindicais da categoria.

Na rodada de negociação de 12 de julho, os bancos se recusaram a assinar o pré-acordo de ultratividade, que garantiria a validade dos direitos dos bancários até o final das negociações da Campanha Nacional 2018. A justificativa dos negociadores da Fenaban foi de que, no dia 1º de agosto, um mês antes da data base da categoria (1º de setembro), apresentariam uma proposta final para ser apreciada pelos trabalhadores. No entanto, mais uma vez os banqueiros não cumpriram a promessa. A expectativa era de respostas para todas as reivindicações já debatidas, de saúde e condições de trabalho, emprego, igualdade de oportunidades, além das cláusulas econômicas, mas a Fenaban anunciou que irá apresentar uma proposta somente na próxima negociação, marcada para o dia 7 de agosto. O Comando protestou contra o adiamento da proposta e avisou que não pode haver furo.

NÃO FALTAM CONDIÇÕES

Não são poucos os números e indicadores que comprovam a plena capacidade dos bancos de atender às reivindicações da categoria. Em 2017, as cinco maiores

instituições financeiras que compõem a mesa de negociação pela Fenaban, lucraram juntas R\$ 77,4 bilhões. Um valor astronômico que impressiona ainda mais quando revelado que o montante foi 33,5% maior que no ano anterior.

“Apesar da crise que afeta o Brasil, o setor financeiro foi o que mais cresceu, mas os bancos não reconhecem que grande parte do resultado vem do trabalho e do esforço dos bancários”, observa Nivalda Sguissardi Roy, diretora do Pactu em Campo Mourão. Segundo ela, “muitas vezes os bancários vão além do limite para alcançar os resultados perseguidos pelos bancos”.

Com a falta de uma proposta decente por parte da Fenaban, a Campanha Nacional dos Bancários continua. “Vamos continuar mostrando os altos lucros dos bancos e denunciando as péssimas condições de trabalho, o assédio moral, a onda de demissões e outras mazelas do setor. Os bancos têm uma dívida imensa com a sociedade brasileira e com seus empregados”, destaca Sandro José Zanona, diretor do Pactu e presidente do Sindicato dos Bancários de Guarapuava.

Ele reafirma que os bancários querem aumento real, PLR maior, garantia para seus empregos e direitos e cobram isso com a certeza de que trabalham para um setor que está em totais condições de atender todas essas reivindicações e, mais que isso, contratar mais bancários para prestar um atendimento melhor para toda a sociedade.

É TEMPO DE DIZER **BASTA**

Dia 10 de agosto o Brasil vai parar

Paralisações, atrasos de turnos e atos nos locais de trabalho e nas praças públicas de grande circulação de todo o país. Assim será o dia 10 de agosto marcado como o Dia do Basta. Basta de desemprego, de retirada de direitos, de privatizações, de aumentos abusivos nos preços dos combustíveis, de sofrimento para o povo brasileiro. A intenção da CUT é

promover um dia de luta pelo país e mobilizar a sociedade contra uma política que está levando o Brasil para a tragédia da exclusão social, do desemprego e outras mazelas.

PACTU - Os Sindicatos do Pactu também estarão mobilizados. “Também vamos cobrar o fim das privatizações e a revogação

da Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos públicos por 20 anos”, informa Luis Marcelo Legnani, diretor do Pactu em Campo Morão. Ele lembra que a Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora, aprovada em junho deste ano, contempla 22 propostas para promover o desenvolvimento do Brasil a partir da geração de emprego e renda.

Cuidado com notícias falsas na internet



A internet é indispensável e, ao mesmo tempo, perigosa. O problema é a grande quantidade de notícias falsas. Elas circulam 70% mais do que as verdadeiras. O alcance também é maior.

Enquanto os conteúdos verdadeiros em geral chegam a 1.000 pessoas, as principais mensagens falsas são lidas por até 100.000 pessoas. A conclusão é de um estudo realizado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (EUA), instituição de ensino reconhecida mundialmente. Outra informação interessante: a circulação é maior nas notícias falsas sobre política do que naquelas sobre terrorismo, desastres naturais, lendas urbanas e finanças. Portanto, todo cuidado é pouco. Antes de com-

partilhar qualquer notícia, é necessário verificar sua autenticidade. Já existem alguns sites especializados nisso, como o www.fakeounews.org, www.boatos.org ou www.e-farsas.com. A TV Globo, junto com o Jornal Extra, Revista Época, Jornal Valor, CBN e GloboNews, lançou o aplicativo “Fato ou Fake”, que pode ser baixado no celular para tirar dúvidas sobre “fake News”. Já o portal Comunique-se lançou em seu site www.portal.comunique-se.com.br um manual para identificar notícias falsas.

Eleições gerais A HORA DA MUDANÇA

O brasileiro vai para as urnas, em outubro, sob os terríveis efeitos das medidas governamentais adotadas pós-golpe que tirou a presidenta Dilma do governo em 2016. Decisões como o congelamento por 20 anos dos investimentos públicos, inclusive em educação e saúde, reforma trabalhista que dilacerou direitos dos trabalhadores e o corte de investimentos sociais que fez milhões de pessoas voltarem a passar fome e outros milhões endividadas e sem esperança. Sem falar da privatização de setores estratégicos, como a energia e o petróleo, e da política econômica que privilegia as grandes corporações financeiras, como os bancos, em detrimento da classe trabalhadora. Não é à toa que o Brasil já supera a casa dos 13 milhões de desempregados e 27 milhões de subempregados.

É nesse cenário que o brasileiro vai escolher o próximo Presidente da República, governadores e representantes nas assembleias legislativas e Congresso Nacional. Todas as pesquisas de opinião pública realizadas até agora apontam que a maioria dos eleitores já escolheu: quer o retorno de um governo popular e democrático, mais preocupado com os pobres do que com os endinheirados, com projetos que priorizam investimentos sociais e defesa do trabalhador público e privado, do fortalecimento da economia e manutenção de empresas estratégicas para o país, como a Petrobrás e os bancos públicos.

Os últimos dois anos foram os mais difíceis na história recente da democracia brasileira, mas está chegando a hora de dar um basta. Com a definição das candidaturas nesta primeira quinzena de agosto, o jogo começa pra valer. Está nas mãos do eleitor a decisão de manter como está ou eleger um novo Presidente, deputados e senadores com propostas claras, viáveis e comprometidos com um projeto de nação que garanta um futuro melhor para o povo e para país.